

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO
AMBIENTE - CONAMA.

001 Aos dezoito dias do mês de março do ano de
002 hum mil novecentos e oitenta e seis, as nove horas, no au
003 ditório do Conselho Federal de Engenharia, Agronomia e Ar
004 quitetura-CONFEA, situado à W/3 Norte, Quadra 508, Bloco
005 "B" Térreo, em Brasília, com a presença dos senhores Con
006 selheiros Ministro Deni Lineu Schwartz, Presidente do
007 Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA; Doutor Paulo
008 Nogueira-Neto, Secretário Executivo do CONAMA; Comandante
009 Paulo Augusto Rocha de Vasconcellos, Suplente do Represen
010 tante da Secretaria da Comissão Interministerial para os
011 Recursos do Mar-CIRM do Ministério da Marinha; Ministro
012 Gilberto Vergne Sabóia, Suplente do Representante do Mi
013 nistério das Relações Exteriores; Dr. Laury Pereira Bar
014 cellos, Representante da Secretaria Executiva do Conselho
015 Nacional dos Transportes do Ministério dos Transportes ;
016 Dr. Luiz Fernando Monteiro, Suplente do Representante da
017 Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária do Ministério
018 da Agricultura; Dr. Fuad Alzuguir, Suplente do Represen
019 tante da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca do
020 Ministério da Agricultura; Dr. Jayme Costa Santiago, Re
021 presentante do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Flo
022 restal do Ministério da Agricultura; Dr. José Oswaldo Sei
023 del, Suplente do Representante da Secretaria Executiva do
024 Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação ;
025 Dr. José Luiz Riani Costa, Representante da Secretaria de
026 Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Traba
027 lho e seu Suplente Dr. Antonio Alves de Souza; Dr. Sadi
028 Coutinho Filho, Suplente do Representante da Fundação Ser
029 viços de Saúde Pública do Ministério da Saúde; Dr. Clovis
030 Walter Rodrigues, Suplente do Representante da Secretaria
031 Executiva do Conselho Nacional do Alcool do Ministério da
032 Indústria e do Comércio; Dr. Getúlio Lamartine de Paula
033 Fonseca, Representante do Departamento Nacional de Águas

034 e Energia Elétrica do Ministério das Minas e Energia e
 035 seu Suplente Dr. Goki Tsuzuki; Dr. José Belfort dos San
 036 tos Bastos, Representante do Departamento Nacional de Pro
 037 dução Mineral do Ministério das Minas e Energia; Dr. Antonio
 038 Carlos Tatiz Holtz, Suplente do Representante das Cen
 039 trais Elétricas Brasileiras S.A. do Ministério das Minas
 040 e Energia; Dr^a Anamélia Habib Mendonça, Suplente do Repr
 041 sentante da Comissão Nacional de Energia Nuclear do Minis
 042 tério das Minas e Energia; Dr. Mozart de Abreu e Lima, Su
 043 plente do Representante do Instituto de Planejamento Eco
 044 nômico e Social da Secretaria de Planejamento da Presidên
 045 cia da República; Dr. George William Prescott, Suplente
 046 do Representante do Instituto de Colonização e Reforma
 047 Agrária do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrá
 048 rio; Dr. Geraldo Sá Nogueira Batista, Suplente do Repr
 049 sentante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científi
 050 co e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia;
 051 Dr^a Briane Elizabeth Pantiz Bicca, Suplente do Represen
 052 tante da Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Na
 053 cional do Ministério da Cultura; Dr^a Lysia Maria Cavalcan
 054 ti Bernardes, Representante da Secretaria Especial da Re
 055 gião Sudeste-SERSE do Ministério do Interior e sua Suplen
 056 te Dr^a Liuba Fainzilber Gutman; Dr. Gervásio Cardoso de
 057 Oliveira Filho, Representante da Secretaria Executiva do
 058 Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano do Ministé
 059 rio do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e seu Su
 060 plente Dr. Maurício Sá Nogueira Batista; Coronel-Engenhei
 061 ro Erasmus de Castro Leite, Representante do Estado Maior
 062 das Forças Armadas-EMFA; Dr. Roberto Serzanink, Suplente
 063 do Representante do Ministério da Fazenda; Dr. Ivan Barre
 064 to de Carvalho Filho, Suplente do Representante do Gover
 065 no do Estado da Bahia; Dr. Roberto Messias Franco, Suplen
 066 te do Representante do Governo do Estado de Minas Gerais;
 067 Dr. Paulo José Barbosa, Suplente do Representante do Go
 068 verno do Estado de Pernambuco; Prof^o Augusto Ruschi, Re
 069 presentante do Governo do Estado do Espírito Santo; Dr^a
 070 Valmira Vieira Mecnas, Representante do Governo do Esta
 071 do do Maranhão; Dr. Paulo dos Santos Leite, Suplente do

DCONAMA/SECEX/MMA

Fls. 77

Proc. 2222/2006

RUBICA

072 Representante do Governo do Estado do Mato Grosso; Dr. Odon
 073 Pereira de Oliveira, Suplente do Representante do Governo
 074 do Estado do Mato Grosso do Sul; Dr.^a Rosyan Campos de Cal
 075 das Brito, Representante do Governo do Estado do Pará;
 076 Dr.^a Délia Maria dos Santos Fernandes, Suplente do Repre
 077 sentante do Governo do Estado do Rio Grande do Norte; Dr.
 078 Cleverson Vitório Andreoli, Suplente do Representante do
 079 Governo do Estado do Paraná; Dr. Luiz Antonio Prado de
 080 Oliveira, Suplente do Representante do Governo do Estado
 081 do Rio de Janeiro; Dr. Sérgio Alexandre Chedas Bechelli,
 082 Representante do Governo do Estado Rio Grande do Sul e
 083 seu Suplente Dr. Wladimir Ortiz da Silva; Dr. José Márcio
 084 Marques Vieira, Representante do Governo do Estado de
 085 Santa Catarina; Dr. José Pedro de Oliveira Costa, Repr
 086 sentante do Governo do Estado de São Paulo; Dr. José Ro
 087 berto da Fonseca e Silva, Representante do Governo do Es
 089 tado de Alagoas; Dr. Antonio Garcia, Representante do Go
 090 verno do Estado de Goiás e seu Suplente Dr. Jadson de
 091 Araújo Pires; Dr.^a Lídia Loureiro da Cruz, Suplente do Re
 092 presentante do Governo do Estado do Amazonas; Dr. Antonio
 093 Renato Lima Aragão, Suplente do Representante do Governo
 094 do Estado do Ceará; Dr. Alfredo Augusto Ramalho de Olivei
 095 ra, Representante do Governo do Território Federal do
 096 Amapá; Dr. Roosevelt Nader, Representante do Governo do
 097 Distrito Federal; Dr. Jairo Cortez Costa, Suplente do Re
 098 presentante da Confederação Nacional do Comércio; Dr. Péricles
 099 de Albuquerque Dias Júnior, Suplente do Representante da
 100 Confederação Nacional da Agricultura; Dr. Isauro Carneiro
 101 Filho, Suplente do Representante da Confederação Nacional
 102 dos Trabalhadores no Comércio; Dr. Mário Donato Anastácio
 103 Amoroso, Suplente do Representante da Fundação Brasileira
 104 para a Conservação da Natureza-FBCN; Dr. Roberto Ribas
 105 Lange, Suplente do Representante da Associação de Defesa
 106 e Educação Ambiental do Estado do Paraná-ADEA; Dr. Paulo
 107 Affonso Leme Machado, Representante da Sociedade Brasilei
 108 ra de Direito do Meio Ambiente-SOBRADIMA; Dr. Ricardo Au
 109 gusto Pessoa Braga, Suplente do Representante da Associa
 110 ção Pernambucana de Defesa da Natureza-ASPAN; Dr. Eduardo
 111 Delamônica Freire, Representante da Fundação Universidade

DCONAMA/SECEX/MMA

Fls. 78

Proc. 2222/2006



112 Federal do Mato Grosso; Dr^a Ana Maria Alves de Oliveira;
113 Representante da Fundação Universidade Federal do Acre;
114 e Dr. Marcelo de Ipanema, Representante das Associações
115 Fluminense de Defesa do Meio Ambiente-FAMA, foi aberta ,
116 pelo Senhor Presidente do CONAMA, a 8^a (oitava) Reunião
117 Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente. O Presi
118 dente saudou a todos, agradeceu e ressaltou a importância
119 da presença de cada um, louvou os esforços das entidades
120 ambientais e o trabalho dos homens que defendem as bande
121 ras do conservacionismo e preservacionismo de forma quase
122 heróica. Afirmou que a Nova República pretende cumprir a
123 sua obrigação no Governo José Sarney, porque tem consciên
124 cia das dificuldades que o país tem para preservar os seus
125 bens naturais, Novamente agradeceu a todos, pediu a veri
126 ficação de "quorum" e declarou aberta a 8^a Reunião do Con
127 selho para os trabalhos dessa seção e passou a palavra
128 ao Secretário Executivo para a leitura da pauta do dia. O
129 Secretário Executivo submeteu a aprovação dos Conselhei
130 ros a Pauta Extraordinária considerando regime de urgên
131 cia a reapresentação da Resolução 005 de 20/11/85, ADREFERENDUM
132 do CONAMA que trata da inclusão entre as atividades poten
133 cialmente poluidoras o transporte, estocagem e uso do pen
134 tocclorofenal e pentocclorofenato de sódio. Considerando
135 que houve pedido de vistas pelo Representante do Ministro
136 dos transportes, mas não foi apresentado substitutivo em
137 tempo hábil. Também pediu Regime de Urgência para altera
138 ção da Resolução nº 04 de 24/01/86 que criou a Comissão
139 Especial com o objetivo de compatibilizar as atividades
140 de preservação do Programa POLONOROESTE com as diretrizes
141 do CONAMA, pedindo a inclusão do IBDF e da SUDECO e alte
142 rando a Presidência da Comissão ora no Ministro do Inte
143 rior para a Secretaria Executiva do Conselho. Submeteu a
144 votação a pauta extraordinária e após aprovação, passou
145 a palavra ao Presidente. O Presidente autorizou a leitu
146 ra, discussão e votação das atas da 3^a Reunião Extraordi
147 nária e 7^a Reunião Ordinária do CONAMA e acatando suges
148 tão do Secretário Executivo e pedido do Conselheiro Paulo
149 Affonso Leme Machado dispensou a leitura e discussão e

DCONAMA/SECEX/MMA

Fls. 79

Proc. 2222/2066

Rubrica

150 submeteu a votação do plenário a aprovação das mesmas.
151 Após aprovadas, passou aos itens 3 e 4 da pauta pedindo
152 ao Secretário Executivo que procedesse à leitura do expediente e fizesse uma explanação das atividades desenvolvidas pela SEMA. O Secretário Executivo informou que recebeu ofício da Assessoria de Meio Ambiente do Ministério das Minas e Energia recomendando a observância das normas estabelecidas pela Lei 7.347/85 e Resolução 001/85 do CONAMA sobre Estudo de Impacto Ambiental; que recebeu expediente da Câmara Municipal de Porto Alegre comunicando que a Comissão Representativa daquele órgão aprovou um voto de congratulações à SEMA pela decisão do CONAMA de exigir licença para a construção de estradas de rodagem com duas ou mais pistas, de ferrovias, portos ou terminais de Petróleo, aeroportos e linhas de transmissão de energia acima de 230 KW; que recebeu ofício da Presidência da ADEA - Associação de Defesa e Educação Ambiental reforçando a atuação da SEMA nas questões de concessão de licenças; que recebeu ofício da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca-SUDEPE pedindo a inclusão daquele órgão na Comissão criada pela Portaria CONAMA Nº 012 de 27/09/84 para acompanhar os estudos de Impacto Ambiental nas obras realizadas pelo DNOS no Estado do Rio de Janeiro; que a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT solicitou, através de telex, sua inclusão na Comissão Especial a ser criada com o objetivo de estudar a reformulação da Portaria GM/13, constante na pauta da presente reunião; que o Secretário Executivo do Conselho Nacional do Alcool, solicitou através de ofício, a distribuição aos Conselheiros do CONAMA do documento final do Grupo de Trabalho STI/SEMA/CNP/GEIPOT/ANFAVEA sobre controle de Emissão de Poluentes Veiculares; que o Conselheiro Laury Pereira Barcelos, Representante do Ministério dos Transportes no CONAMA, enviou ofício ao Presidente do CONAMA, sugerindo a homologação da Resolução nº 05 de 20/11/85 "ad referendum" do Conselho e a não referendação da Resolução que estabelece normas para o transporte de Produção Perigosos aprovará na 3ª Reunião Extraordinária do

DCONAMA/SECEX/MMA

Fls. 86

Proc. 2222/2006

Rúbrica

188 CONAMA; que foi realizada no dia 27 de fevereiro último a
189 primeira Reunião da Comissão Especial, criada pela Resolu
190 ção CONAMA nº 03 de 18/09/85, para propor o Zoneamento da
191 Bacia do Rio Paraguai; que a Comissão Especial propôs a
192 alteração da Resolução que a criou a fim de permitir a
193 participação de Técnicos indicados pelo Conselheiros como
194 representantes das entidades citadas naquela Resolução e
195 também a criação de um Grupo de Trabalho multidisciplinar
196 e multinstitucional para elaborar um Termo de Referência
197 especificando a natureza do trabalho a ser desenvolvido ;
198 que o Conselheiro Paulo Affonso Leme Machado requereu a
199 inclusão na Ordem do Dia desta 8ª reunião, a Resolução
200 que cria uma Comissão Especial para analisar o Projeto
201 de Lei nº 4.970 que estabelece uma Política Florestal pa
202 ra a Amazônia Brasileira justificando que a mesma foi apro
203 vada pela Plenário da 3ª Reunião Extraordinária e 7ª Reu
204 nião Ordinária do Conselho porém não referendadas pelo en
205 tão Presidente do CONAMA Doutor Flávio Peixoto da Silvei
206 ra. Após a leitura do expediente fez uma breve explanação
207 sobre as atividades da SEMA enfatizando a visita que fize
208 ra ao Estado do Espírito Santo, visando contornar os pro
209 blemas relacionados ao Controle da Poluição naquele Esta
210 do. Do encontro ficou estabelecido um esquema para acele
211 rar as obras que importam na colocação de valiosos equipa
212 mentos para controle da poluição por parte da Siderúrgica
213 Tubarão e da Companhia Ferro e Aço, e a promessa efetiva
214 do Governador Gerson Camata de reforçar o Órgão Estadual
215 do Meio Ambiente do Espírito Santo. Antes de passar ao
216 Ítem número 05 da Pauta o Senhor Ministro Deni Lineu Schwartz
217 esclareceu que as Resoluções não referendadas por seu an
218 tecessor na Presidência do CONAMA e que tratam da Políti
219 ca Florestal para a Amazônia Brasileira e Patrimônio Espe
230 leológico Nacional, respectivamente, foram por ele refe
231 rendadas. Passou a palavra ao Secretário Executivo para
232 fazer uma breve comunicação. O Secretário Executivo comu
233 nicou a retirada de Pauta da Proposição nº 020/85 que tra
234 ta da Regulamentação dos Limites Máximos de Emissão de Po
235 luentes do Ar provenientes de motores e Veículos Automoto
236 res novos dos ciclos Otto e Diesel, justificando que não

CONAMA/SECEX/MMA

Fls. 81

Proc. 2222/2006

Lg
Rubrica

237 houve tempo hábil para se ouvir os ministérios competen
238 tes conforme determina o inciso VI do artigo 07 da Lei
239 6.938 de 31 de agosto de 1981. O Presidente, pediu então
240 que os Conselheiros encaminhassem à mesa os pedidos de
241 destaque sobre os assuntos da pauta, ou vistas, à exceção
242 das matérias em reapresentação. Depois do que submeteu a
243 votação global toda a matéria da Ordem do Dia, exceto os
244 itens destacados, encaminhou a votação e aprovou a Ordem
245 do Dia. Passou a palavra ao Secretário Executivo para a
246 leitura das Proposições e a chamada dos Conselheiros ins
247 critos para se pronunciarem sobre os pedidos de destaque
248 que seriam votados um a um obedecendo a ordem de sua apre
249 sentação. O Secretário Executivo apresentou a Proposição
250 nº 12/85 que trata da Política Florestal para a Amazônia
251 Brasileira, informou que a mesma estava sendo reapresenta
252 da a pedido do Conselheiro Paulo Affonso Leme Machado;
253 que os Representantes do Governo de Matro Grosso, do
254 ISPHAN e IBDF apresentaram emendas à Resolução que cria
255 uma Comissão Especial para estudar o assunto, pedindo a
256 inclusão de seus Representantes na Comissão; que a Repre
257 sentante do Ministério do Interior apresentou emenda pe
258 dindo a inclusão do Representante do Estado do Pará e que
259 também a Confederação Nacional da Indústria - CNI apresen
260 tou emenda pedindo sua inclusão e sugerindo, com fustifi
261 cativa, que a Comissão seja composta por membros represen
262 tantes dos órgãos e não apenas por Conselheiros do CONAMA.
263 A seguir se pronunciaram pela ordem de inscrição os Conse
264 lheiros: Dr. Paulo Affonso Leme Machado, Dr. Jayme Costa
265 Santiago, Dr. Odon Pereira de Oliveira, Dr.ª Lídia Lourei
266 ro da Cruz, Dr. Péricles de Albuquerque Dias Jr, Dr. Marcelo de
267 Ipanema, Dr.ª Valmira Vieira Mecnas, Dr. Gervásio Cardoso
268 de Oliveira Filho, Dr.ª Rosyan Campos de Caldas Brito, Dr.ª
269 Lysia Maria Cavalcanti Bernardes e o Prof.º Augusto Ruschi.
270 O Dr. Paulo Affonso Leme Machado fez uma análise do
271 Projeto de Lei 4.970 enviado ao Congresso Nacional pelo
272 Poder Executivo e que define a Política Florestal para a
273 Amazônia Brasileira. Considerou inapropriada a expressão
274 "zoneamento ecológico econômico" utilizada no Projeto de

DCCONAMA/SECEX/MMA

Fls. 82

Proc. 2222/2006

y
Rubrica

275 Lei, uma vez que a Lei 6.938/81 em seu artigo 9º, prevê como um dos
 276 instrumentos na Política Nacional do Meio Ambiente o "zoneamen
 277 to ambiental". Considerou a expressão "ambiental" bem mais
 278 ampla e em consonância com a lei existente. Afirmou que o
 279 Projeto de Lei cria uma nova nomenclatura e novos concei
 280 tos jurídicos como "monumemto natural", "santuário de vi
 281 da silvestre", "rio cênico", "rodovias parque" - que fica
 282 riam melhor situados (se forem entendidos como necessá
 283 rios) numa lei geral para todo o país e não somente abran
 284 gendo a amazônia brasileira; que o projeto dividiu as
 285 áreas da amazônia em quatro tipos: a) áreas de preserva
 286 ção; b) áreas de conservação; c) áreas para uso alternati
 287 vos; d) áreas de reservas de recursos mas, não houve, es
 288 pecificamente, a previsão de áreas indígenas mesmo estan
 289 do elas resguardadas pelo disposto no artigo 30; que o
 290 Projeto estabeleceu 50% (cinquenta por cento) da área de
 291 cada tipologia florestal ocorrente na Amazônia destinado
 292 à área de preservação, isto é, o manejo sem consumir seus
 293 recursos; questionou se havia base científica ao desti
 294 nar-se apenas 50% (cinquenta por cento) de cada tipo de
 295 florestas para a preservação e se não se estaria entregan
 296 do os outros 50% (cinquenta por cento) para o desmatamen
 297 to sem o devido critério; que achou estranho o Projeto
 298 não conter critérios para nortear a definição e a reparti
 299 ção de zonas na Amazônia; considerou de alta importância
 300 a previsão clara dos critérios do zoneamento "para que es
 301 te instrumento não se converta um cheque em branco nas
 302 mãos da administração"; ressaltou a relevante importância
 303 da Lei estabelecer regras para quem for zonear, através
 304 dos legisladores por meio de seus órgãos legiferantes ,
 305 propiciando discussões públicas e participação; enfatizou
 306 que apenas regras não são suficientes, mas é vitalmente
 307 importante que o organismo que vá se ocupar da Amazônia ,
 308 constate a vocação de suas áreas, fixe os chamados usos
 309 conformes e desconformes e que contenha em seu bojo as vā
 310 rias tendências, opiniões, experiências e culturas; que
 311 não se busque um amplo colegiado deliberativo, mas um mi
 312 cro-colegiado onde não imperem a corrupção, a pressão
 313 unidirecionada e a politicagem; que é desaconselhável e

DCONAMA/SECEX/MMA

Fls. 83

Proc. 2222/2006

Rubrica

314 desastroso que somente um órgão federal cuide da execução
 315 da Política Florestal da Amazônia; ressaltou que não se
 316 tratava de "queimar" ou estigmatizar um órgão mas conside
 317 rou que o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF não está talhado para conduzir sozinho ou man
 318 craticamente a Política Florestal da Amazônia; pediu a re
 319 formulação do artigo 39º e do parágrafo único do artigo
 320 40º do Projeto justificando que é necessário que o Proje
 321 to de Lei diga, sem margem a dúvidas, quem e de que forma
 322 se fará o zoneamento. Finalmente, sugeriu uma emenda ao
 323 Projeto de Lei 4.970 que permita ao Conselho Nacional do
 324 Meio Ambiente deliberar sobre as normas específicas para
 325 o Zoneamento da Amazônia Brasileira, justificando que o
 326 CONAMA tem a função legal de "assistir ao Presidente da
 327 República na formulação de diretrizes da Política Nacio
 328 nal do Meio Ambiente". (Artigo 6º inciso I da Lei 6.938).
 329 Os Conselheiros que se pronunciaram, recomendaram o apro
 330 veitamento dos estudos e das propostas já existentes so
 331 bre Política Florestal da Amazônia; o estabelecimento de
 332 critérios claros e bastante realísticos; a busca de parâ
 333 metros científicos socialmente justos; a reunião de ór
 334 gãos, entidades e aparelhos institucionais, daquela re
 335 gião norte e que compoem a Amazônia Legal a fim de que ha
 336 ja maior participação nas decisões que serão tomadas em
 337 relação ao processo de ocupação dos espaços dos seus ter
 338 ritórios; a inclusão de doze membros na Comissão Especial
 339 já criada para tratar do assunto tais como: Superintendên
 340 cia do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM, Associação dos
 341 Engenheiros Florestais da Amazônia, Conselho Nacional do
 342 Desenvolvimento Urbano-CNDU, Estado do Pará, Estado do
 343 Maranhão, Estado do Mato Grosso, Confederação Nacional da
 344 Indústria-CNI, Conselho de Desenvolvimento Industrial-DCI,
 345 Conselho Nacional da Agricultura, Conselho Nacional de De
 346 senvolvimento Tecnológico-CNPq, Instituto Brasileiro do
 347 Desenvolvimento Florestal-IBDF e Instituto do Patrimônio
 348 Histórico Artístico Nacional-ISPAN. A seguir se pronun
 349 ciou o Presidente do CONAMA que sugeriu a composição das
 350 Comissões Especiais, com apenas três elementos
 351 chaves por serem mais funcionais e práticas e que todos

DCONAMA/SECEX/MMA

Fls. 89

Proc. 2222/2066

lx
 02/06/86

353 os órgãos que tiverem interesse devem participar prestando
354 do colaboração, oferecendo subsídios. Pediu praticidade e
355 urgência nos trabalhos de todas as Comissões. Ofereceu re-
356 cursos técnicos e materiais do Ministério do Meio Ambien-
357 te, a fim de que as Comissões apresentem com a urgência
358 necessária os seus trabalhos em uma proposta concreta, a
359 ser discutida numa reunião única do Conselho e se aprova-
360 da em Plenário, levada à Presidência da República como
361 proposta do CONAMA ao Presidente da República. O Secretá-
362 rio Executivo sugeriu ao Presidente do CONAMA que para
363 aquele caso em especial o melhor seria aprovar a inclusão
364 dos novos membros por já haver uma Comissão Especial cria-
365 da anteriormente e adotar a nova sistemática sugerida pe-
366 lo Presidente, como uma forma de dinamizar os trabalhos ,
367 ou seja, formar um núcleo de três elementos que consolida-
368 rá sugestões e propostas e apresentará à Comissão Espe-
369 cial que por sua vez submeterá ao Plenário, na próxima
370 reunião do conselho, em forma de proposta da C.E. O Presi-
371 dente colocou em votação a proposta da Secretaria Executi-
372 va sobre a inclusão dos novos membros e a adoção da nova
373 sistemática de trabalho das Comissões. Aprovada a propos-
374 ta. O Secretário Executivo reapresentou a Proposi-
375 ção nº 14/85 que solicita ao Presidente da República o en-
376 vio ao Congresso Nacional de Anteprojeto de Lei sobre Re-
377 servas Ecológicas. Informou que o Conselheiro Alte. Ibsen
378 de Gusmão Câmara pediu "vistas" da Proposição na 7ª Reu-
379 nião do CONAMA e apresentou substitutivo; que o Conse-
380 lheiro Paulo Affonso Leme Machado apresentou emendas ao
381 substitutivo; que a Confederação Nacional da Indústria-
382 CNI e a Secretaria Executiva do CONAMA também apresenta-
383 ram emenda ao substitutivo. Após leitura das emendas apre-
384 sentadas, o Presidente franqueou a palavra aos Conselhei-
385 ros inscrito que pela ordem se pronunciaram o Dr. Vladimir
386 Ortiz da Silva, Dr. Roberto Ribas Lange, Dr. José Pedro
387 de Oliveira Costa, Dr. Paulo Affonso Leme Machado, e o
388 Conselheiro Mário Donato Amoroso que propuseram uma defi-
389 nição bem nítida de quem vai avaliar a equivalência dos
390 ecossistemas a fim de se evitar uma comercialização admi-
391 nistrativa; que a Lei a ser elaborada tenha poucos arti-
392 gos e que atribua ao CONAMA poderes e competência para
393 disciplinar as unidades legais instituídas e regulamentar

394 as unidades legais de Conservação da Natureza no país;
395 que as Unidades de Conservação sejam criadas por Lei, in
396 clusive as já existentes por Decreto; que é de relevân
397 cia transcendental à preservação do nosso banco genético
398 cuja atribuição é do Poder Público, em especial do Poder
399 Público Federal; que há necessidade de preservar os Par
400 ques Nacionais, as Estações Ecológicas e as Reservas Bio
401 lógicas para que se possa manifestar a riqueza das diver
402 sidades genéticas para as gerações futuras; que é funda
403 mental a forma como está colocada a questão dos mangue
404 sais no artigo 3º a fim de preservar a produtividade dos
405 mares, que é necessária a inclusão das áreas naturais
406 tombadas entre as unidades de conservação porque dariam
407 uma consistência muito maior a todo o sistema de unida
408 des de conservação. Finalmente depois dos debates, e de
409 liberações o plenário chegou a um consenso com duas pro
410 postas: a primeira - A criação de uma Comissão Especial
411 de três elementos com o objetivo de examinar o assunto
412 e no prazo de 15 dias a contar daquela data, apresentar
413 um documento consolidando as emendas, sugestões e altera
414 ções que se fizerem necessárias, ao Ministro do Meio Am
415 biente para encaminhá-lo diretamente à Presidência da Re
416 pública sem passar novamente pelo plenário do CONAMA por
417 uma questão de ganhar tempo. Submetida à aprovação do
418 plenário por votação a 1ª proposta foi rejeitada. A Se
419 gunda proposta consistia na criação de uma Comissão Espe
420 cial de três elementos com o objetivo de examinar o as
421 sunto, consolidar as emendas, e propostas de alteração
422 em um documento que seria submetido ao Plenário para apro
423 vação ou rejeição na 4ª Reunião Extraordinária do Conse
424 lho, e se aprovado, entregue ao Ministro do Meio Ambien
425 te que se estivesse de acordo encaminharia a Presidência
426 da República. Submetida à aprovação do Plenário por vota
427 ção a segunda proposta foi aprovada. A seguir, o Presi
428 dente passou à designação da Comissão Especial que fi
429 cou assim composta: Alte. Ibsen de Gusmão Câmara, Presi
430 dente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natu
431 reza-FBCN; Dr. José Pedro de Oliveira Costa, Secretário Exe
432 cutivo do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado

433 de São Paulo-CONSEMA e Dr. Roberto Ribas Lange da Asso
434 ciação de Defesa e Educação Ambiental do Estado do
435 Paraná-ADEA. Submetida à aprovação do Plenário a Composi
436 ção da Comissão Especial foi aprovada. Antes de passar a
437 outro item da Pauta, o Conselheiro Luís Antonio Prado de
438 Oliveira, da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Am
439 biente do Rio de Janeiro-FEEMA, pediu a palavra para fa
440 zer uma observação sobre a retirada de pauta da Proposta
441 do Governo do Estado de São Paulo, sobre a fixação de pa
442 drões para emissão de poluentes por veículos automotores.
443 Achou procedente a retirada do assunto da pauta para que
444 os Ministérios interessados no assunto fossem consulta
445 dos mas propôs que fosse fixado um prazo para que esses
446 Ministérios se manifestassem, sob pena da sociedade bra
447 sileira ficar por mais um ano na expectativa de regula
448 mentação desses padrões. Solicitou à mesa providências
449 no sentido de que o assunto retornasse ao Conselho na
450 Pauta da 4ª Reunião Extraordinária. (Solicitação aprova
451 da por aplausos dos Conselheiros). O Presidente do CONAMA
452 fazendo uso da palavra considerou muito válida a preocu
453 pação do Conselheiro que acabara de se pronunciar e
454 afirmou que era necessário objetividade em todas as ques
455 tões em estudo no Conselho no sentido de agizá-las e pro
456 pôs um esquema de trabalho tomando como data base a 8ª
457 Reunião do CONAMA; quinze dias para todos aqueles que
458 quizerem fazer emendas, encaminhar sugestões e propor al
459 teração ao Regimento Interno do Conselho, à Legislação
460 dos Motores, e às Reservas Ecológicas - Unidades de Con
461 servação - apresentassem suas propostas a Secretaria-Exe
462 cutiva. Fixou a data 03/04/86; quinze dias para que as
463 Comissões Especiais de três Elementos, consolidasse todas as suges
464 tões recebidas em documentos específicos para cada assunto, em
465 proposta única da Comissão para o Plenário; Fixou a data
466 18/04/86, quinze dias para o Conselho Nacional do Meio Am
467 biente se reunir extraordinariamente e deliberar sobre
468 esses três assuntos mesmo que para tal sejam necessário
469 dois dias (aplausos). Fixou a data de 06/05/86. O Presi
470 dente justificou que era necessário aproveitar o momento

D/CONAMA/SECEX/MMA

Fls. 87

Proc. 2222/2006

Rúbrica

Rivrica

471 vivido pela sociedade brasileira para Processar mudan
472 ças; que o Brasil tem um cronograma fatal para 1986,
473 pois no segundo semestre o Congresso Nacional estará to
474 talmente absorvido com as eleições e a Constituinte e di
475 fícilmente haverá chances de passar qualquer outro assun
476 to. Com relação aos veículos automotores, informou que
477 por tratar-se de uma questão muito polêmica e numa ten
478 tativa de conciliar as diversas tendências, não havia ne
479 cessidade de uma Comissão Especial para estudar a propos
480 ta já existente, que fora retirada de pauta, e que ele
481 se comprometia, pessoalmente, a consultar os ministros
482 seus colegas de pasta, no sentido de conseguir um pronun
483 ciamento positivo ou não; que o Ministério do Meio Am
484 biente e a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA ,
485 a exemplo das Comissões Especiais para tratar do Regimen
486 to e das Reservas Ecológicas, assumiam o compromisso de
487 também no prazo limite 18 de abril, enviar a todos os
488 Conselheiros o documento consolidando a emenda da CEBESB,
489 do MIC e todas as emendas e alterações que forem envia
490 das, a fim de que os Conselheiros tenham tempo de estu
491 dâ-las para aprovar ou rejeitar na Reunião Extrarodinâ
492 ria de seis de maio. Consultou o Plenário se esse arran
493 jo resolveria a questão e após aquiescência, recomendou
494 que seria de todo conveniente o Conselho está com todos
495 esses assuntos definidos e em Poder da Presidência da Re
496 pública, para se possível, serem assinados pelo Presiden
497 te José Sarney, no dia 05 de junho, como forma de presti
498 giar o dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia (aplau
499 sos). Após acerto final do organograma da Reunião Extra
500 ordinária, considerou encerrada a primeira parte dos tra
501 balhos, convidou os Conselheiros a fazerem uma pausa
502 para o almoço e pediu licença para passar a Presidência
503 da mesa para o Dr. Paulo Nogueira-Neto que daria segui
504 mento à segunda parte dos trabalhos após o intervalo do
505 almoço. O Dr. Marcelo de Ipanema usou da palavra para in
506 formar que o Conselho Internacional de Direito do Meio
507 Ambiente, concedeu por unanimidade, o Prêmio Internacio
508 nal Elizabeth Haub concedido pela Universidade Livre de
509 Bruxelas e pelo Conselho Internacional de Direito do Meio

510 Ambiente, com sede em Bonn, ao Conselheiro Paulo Affonso
 511 Leme Machado. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Pre
 512 sidente do CONAMA submeteu ao Plenário a Proposição nº 001/86
 513 que trata de Proposta do IBDF para alterar o inciso XVI
 514 do Artigo 2º da Resolução CONAMA 001 de 23/01/86 ("que
 515 estabelece critérios básicos e as diretrizes gerais para
 516 uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental...")
 517 que passou a ter a seguinte redação: "XVI - Qualquer ati
 518 vidade que utilizar carvão ou similares em quantidade su
 519 perior a dez toneladas por dia;" e acrescentar o inci
 520 so XVII com a seguinte redação: "XVII - Projetos Agrope
 521 cuários." Informou que a Secretaria Executiva apresentou
 522 emenda a esta Proposição no sentido de acrescentar o in
 523 ciso XVII ao artigo 2º. Após o que, convidou os Conse
 524 lheiros inscritos a se pronunciarem sobre o assunto, en
 525 caminhou a votação e foram aprovadas as alterações pro
 526 postas. Submeteu ao Plenário a Proposição nº 002/86 que
 527 altera o item II da Resolução CONAMA 003 de 18/09/85 (que
 528 cria uma Comissão Especial para apresentar uma proposta
 529 de Zoneamento da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai) que
 530 passou a ter a seguinte redação: "II - A Comissão Espe
 531 cial referida no item I, será constituída pelos repre
 532 sentantes das seguintes entidades...". Após o pronuncia
 533 mento dos Conselheiros inscritos, encaminhou a votação
 534 e foi aprovada a alteração proposta. Submeteu ao Plená
 535 rio a Proposição nº 003 que trata de proposta de Resolu
 536 ção elaborada pelos integrantes da Comissão Especial com
 537 o objetivo de propor um Zoneamento da Bacia Hidrográfica
 538 do Rio Paraguai, solicitando ao Ministro do Meio Ambien
 539 te, a criação de um Grupo de Trabalho multidisciplinar e
 540 multinstitucional com o objetivo de elaborar um Termo de
 541 Referência que especificará a natureza do trabalho a ser
 542 desenvolvido e os recursos humanos e financeiros necessá
 543 rios, fixando o prazo de 90 dias para o Grupo de Traba
 544 lho apresentar suas conclusões. Solicitaram também pror
 545 rogação do prazo de duração da Comissão Especial. O Pre
 546 sidente informou que o Conselheiro Getúlio Lamartine de
 547 Paula Fonseca apresentou à proposição pedindo a inclusão
 548 do Ministério das Relações Exteriores, Departamento Na

DCONAMA/SECEX/MMA

Fls. 85

Proc. 2222/2006

 19
 D. 19/10/06

549 cional de Produção Mineral-DNPM e Departamento Nacional
550 de Águas e Energia Elétrica-DNAEE na Comissão Especial. Cha
551 mou os Conselheiros inscritos a se pronunciarem sobre o
552 assunto e após o que encaminhou a votação e foi aprovada
553 a Proposta de Resolução da Comissão. O Presidente apre
554 sentou ao Plenário a Proposição nº 004/86 que trata de
555 uma Proposta de Resolução criando uma Comissão Especial
556 com o objetivo de propor a reformulação da Portaria GM 13
557 de 15/01/76 que estabelece e classifica as águas interio
558 res do Território Nacional. A Proposta de Resolução apre
559 sentada na Proposição 004/86 não foi aprovada pelo Plená
560 rio na forma como estava. O Conselheiro Roberto Messias
561 Franco apresentou nova proposta solicitando a criação de
562 uma Comissão Especial de três elementos com o objetivo de
563 analisar a Portaria GM 013 de 15/01/76, consolidar as pro
564 postas de alteração, sugestões e emendas que houverem a
565 apresentar uma proposta de reformulação em documento úni
566 co a ser enviado a todos os Conselheiros e submetido a
567 consideração do Plenário na próxima reunião do Conselho.
568 O Presidente colocou em votação a nova proposta e após
569 aprovação submeteu ao Plenário a composição da Comissão
570 Especial que ficou assim estabelecida: Dr. Werner Eugênio
571 Zulauf - Presidente da CETESB/SP; Dr. Luís Antonio Prado
572 de Oliveira - Presidente da FEEMA/RJ; e Dr. Vladimir Or
573 tiz da Silva - Diretor do DMA/RS. Os trabalhos serão coor
574 denados pela CETESB e as reuniões necessárias serão reali
575 zadas na sede daquela entidade. O Presidente colocou em
576 votação e foi aprovada a composição da Comissão Especial.
577 Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a pre
578 sença de todos e encerrou a 8ª Reunião do Conselho Nacio
579 nal do Meio Ambiente e, para constar foi lavrada a presen
580 te síntese de ata em Brasília-DF., 18 de março de 1986.

DICONAMA/SECEX/MMA

Fls. 90

Proc. 2222/2006

Rubrica